

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 2
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-447-4

DOI 10.22533/at.ed.474200710

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo de estudos sobre as políticas públicas evoluiu ao longo dos séculos XX e XXI de modo reflexivo aos movimentos pendulares de maximização e minimização do tamanho do Estado nos contextos nacionais, apresentando um conjunto peculiar de instrumentos teórico-metodológicos multidisciplinares com finalidades não apenas descritivas, mas também prescritivas em uma realidade permeada pela complexidade.

Partindo de reflexões do campo de Políticas Públicas, a presente obra, intitulada “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 2”, configura-se por robusta coletânea de pesquisas empíricas relacionadas às áreas de Educação e Saúde, as quais possuem ricas e diferenciadas abordagens por meio de recortes metodológicos e teóricos próprios, demonstrando assim a riqueza do campo de estudos de políticas públicas.

Estruturado em 22 capítulos, o livro é o fruto de um trabalho coletivo de um perfil plural de profissionais comprometidos com os estudos empíricos de políticas públicas, o qual é caracterizado pelas distintas experiências de 48 pesquisadoras e 13 pesquisadores oriundos, nacionalmente, de todas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), e, internacionalmente, da Colômbia.

A organização desta obra obedeceu a um sequenciamento temático, de modo que apresenta uma panorâmica visualização das mais clássicas políticas sociais por meio, respectivamente, um eixo de discussões sobre políticas públicas relacionadas à Educação nos primeiros 12 capítulos, e um segundo eixo temático de discussões na área de Saúde nos 10 capítulos seguintes.

No primeiro eixo, a temática educacional é explorada por meio de capítulos que versam sobre assuntos variados, como política educacional nacional, ensino básico, ensino médio e ensino superior, representações visual e de competências linguístico-comunicativas, enfoques gerenciais na educação, equipes multidisciplinares e monitoria colaborativa no contexto educacional.

No segundo eixo, a Saúde é explorada desde enfoques macroanalíticos que exploram políticas nacionais específicas, gestão na Saúde Pública zika vírus no Brasil ou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) até se chegar a enfoques microanalíticos de estudos de casos em ambiente hospitalar ou em unidades sanitárias ou mesmo sobre participação discente em diferentes estados brasileiros.

Com base nestes 22 capítulos, este livro apresenta variadas discussões sobre a realidade da Educação e da Saúde em suas matrizes como políticas públicas centrais no contexto do welfare state brasileiro, Estado de Bem Estar Social, em plena dinâmica de mutação que combina a hibridez sociocultural de tradicionalismos e novidades, bem como continuidades e mudanças.

Diante das diferentes contribuições ora apresentadas em linguagem fluida e acessível, este livro é direcionado para um amplo público leigo ou mesmo para profissionais e acadêmicos que buscam a especialização, razão pela qual estão todos convidados a explorarem o campo das políticas públicas em Educação e Saúde à luz de uma instigante leitura multidisciplinar fundamentada por diferenciadas análises e por um pluralismo teórico-metodológico que visam apreender a complexidade das realidades empíricas.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O TERAPEUTA OCUPACIONAL: AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Orlando Sérgio Pena Mourão Junior

Lorena Costa Branco

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões

DOI 10.22533/at.ed.4742007101

CAPÍTULO 2..... 12

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.4742007102

CAPÍTULO 3..... 22

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Bernarda Elane Madureira Lopes

Clara Tatiana Dias Amaral

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

Ivanise Melo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007103

CAPÍTULO 4..... 34

SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS

Thiago Camacho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.4742007104

CAPÍTULO 5..... 49

O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4742007105

CAPÍTULO 6..... 63

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelo Luiz Cortelazzo

Carlos Vogt

DOI 10.22533/at.ed.4742007106

CAPÍTULO 7..... 75

CONSTRUINDO UMA GESTÃO PARA RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Wagner Pires da Silva

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo
Gilmária Henllen Gondim Gomes
Erlene Pereira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.4742007107

CAPÍTULO 8..... 86

POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Renata Machado
Márcia Barros de Sales

DOI 10.22533/at.ed.4742007108

CAPÍTULO 9..... 98

MONITORIA COLABORATIVA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA

Luzileida Sousa Correa
Ana Paula Vieira e Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007109

CAPÍTULO 10..... 111

AS INTERVENÇÕES DO PIBID ATRAVÉS DA ANÁLISE DE IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO CENTRO EDUCACIONAL 30 DE JUNHO

Ana Paula de Oliveira
Adriano Andrade de Abeu
Jean da Silva Santos
Marize Daminana Moura Batista e Batista

DOI 10.22533/at.ed.47420071010

CAPÍTULO 11..... 122

AS REPRESENTAÇÕES DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICO-COMUNICATIVA CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES PARAENSES DE INGLÊS

Makoy Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.47420071011

CAPÍTULO 12..... 134

FOTOJORNALISMO E GUERRA NA COLÔMBIA: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS INDÍGENAS AWÁ

Ana Luisa Fayed Sallas
Claudia Solanlle Gordillo Aldana

DOI 10.22533/at.ed.47420071012

CAPÍTULO 13..... 149

A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE CACOAL-RO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Izabela Beatriz Santos Gomes Silveira
Beatriz Moutinho Bosso
Letícia Rodrigues de Souza Leal
Natalia Liz Ribeiro dos Santos

Juraci Tostes Pereira da Gama
Hítalo Calaça Aguiar
Maria Paula Cezar Silva
Keila Cassimiro Cordeiro Lipke
Celeste Santos Martins
Weliton Francisco Medeiros da Silva
Ana Karolina Monge Silva Romano Mendonça
Sheila Carminati de Lima Soares

DOI 10.22533/at.ed.47420071013

CAPÍTULO 14..... 156

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI

Thuanny Mikaella Conceição Silva
Gicinayana Luz Sousa Pachêco Bezerra
Erika Ravena Batista Gomes
Mirna Albuquerque Frota
Shearley Lima Teixeira
Maria dos Remédios Beserra
Solange Maria Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.47420071014

CAPÍTULO 15..... 167

IMPACTO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS DO COSEMS/CE SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Márcia Lúcia de Oliveira Gomes
Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago
Mere Benedita do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.47420071015

CAPÍTULO 16..... 174

A POLÍTICA DE MONITORAMENTO E GESTÃO POR RESULTADOS DO PACTO PELA SAÚDE (PPS) EM PERNAMBUCO

Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade
Flávia de Oliveira Antunes

DOI 10.22533/at.ed.47420071016

CAPÍTULO 17..... 182

SAÚDE MENTAL NA POLICLÍNICA: REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA ÁREA DESCENTRALIZADA DE SAÚDE

Francisco Anderson Carvalho de Lima
Camila Mascarenhas Moreira
Malbia Oliveira Rolim Barbosa
Francisca Verônica Moraes de Oliveira
Tauanaiara Nogueira de Moraes
Sergiana de Sousa Bezerra
Adriano Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47420071017

CAPÍTULO 18	191
ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	
Michele Cardoso Corrêa Naiane Barreto de Melo Júnia de Castro Flores	
DOI 10.22533/at.ed.47420071018	
CAPÍTULO 19	203
PAGAMENTO POR DESEMPENHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NO PACTO PELA SAÚDE (PS) ENTRE 2006 E 2011: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Edmar Aparecido de Barra e Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.47420071019	
CAPÍTULO 20	223
CONTROLE INTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AÇÕES DO DENASUS	
Maria do Socorro Litaiff Rodrigues Dantas Maria do Socorro Pinto Brígido Ednir Dantas de Castro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.47420071020	
CAPÍTULO 21	231
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM	
Liana Dias Martins da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.47420071021	
CAPÍTULO 22	242
ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL	
Letícia Bugança Stelute Gabriela Caroline Coelho Canossa	
DOI 10.22533/at.ed.47420071022	
SOBRE O ORGANIZADOR	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 18/08/2020

Renata Machado

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/5939125202750121>

Márcia Barros de Sales

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/8099399733576747>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apreciar os impactos das políticas públicas gerencialistas na segurança do trabalhador no ambiente institucional de educação superior. Utilizou-se a abordagem científica de natureza predominantemente qualitativa, em pesquisa de caráter descritivo, com técnica bibliográfica e documental. Inicialmente, o estudo busca trazer embasamentos teóricos de autores sobre políticas públicas e, posteriormente, compreender certos fatos históricos das políticas públicas brasileiras na relação com o trabalho, e as interferências Estadais e do mercado diante de ideias globais. Pretende ainda destacar implicações do modelo gerencial nas Instituições de Educação Superior (IES), com ênfase na terceirização. Entre os resultados, destacou-se a importância da socialização e instrução dos gestores educacionais para enfrentar os desafios globais que se apresentam, sempre alinhados aos objetivos da instituição educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Modelo Gerencial, Segurança do Trabalho, Instituição de Educação Superior.

**MANAGERIALIST PUBLIC POLICIES:
EFFECTS ON WORKER SAFETY IN
HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS**

ABSTRACT: This article aims to appreciate the impacts of management of public policy with a focus on worker safety measures in the institutional environment of higher education. The scientific approach of predominantly qualitative nature was used in this descriptive research with a bibliographic, and documental technique. Initially the purpose of this study is to bring theoretical authors foundations about public policies and subsequently to comprehend certain facts in brazilian public policy related to work, along with state and market interferences in light of global ideas. Furthermore it is intended to highlight the implications of the managerial style in the Higher Education Institutions with emphasis on outsourcing. Among the results, the importance of socialization and instruction of the educational managers to confront global challenges, always aligned to the educational institution goals.

KEYWORDS: Public Policies, Management Model, Work Safety, Higher Education Institution.

1 | INTRODUÇÃO

As novas feições da relação com o trabalho elevaram a atenção dos atores no processo de políticas públicas para promover a proteção do trabalhador. Resultado do senso

ético de determinada sociedade, as políticas públicas evoluem em consonância com as transformações dos valores sociais.

O reconhecimento da segurança ocupacional é resultado do enfoque que o trabalho passou a exercer na vida da sociedade. Inicialmente encarado como vergonhoso e desprezível, o trabalho passou por transformações de identidade após a Revolução Industrial, constituindo um precioso instrumento lucrativo dos meios de produção. Embora a saúde e segurança estejam elencadas como um direito constitucional e as políticas públicas devessem assegurar a diminuição ou eliminação dos acidentes e doenças do trabalho, observa-se forte pressão de interesses econômicos em detrimento dos interesses sociais.

Nas últimas décadas, as políticas públicas migraram do modelo burocrático para o modelo gerencial, pressionando as instituições a adotarem ferramentas de gestão semelhantes às aplicadas na iniciativa privada. A terceirização do trabalho na esfera pública, mormente nas Instituições de Educação Superior (IES), é uma das ferramentas utilizadas pelo gerencialismo para novas configurações na gestão das instituições e dos trabalhadores.

As políticas públicas de terceirização conduzidas pelo Estado foram implantadas para dar suporte às instituições educacionais, a fim de direcionar as forças e atenção das IES às suas atividades-fim ligadas à educação. Quanto à gestão dos serviços, a terceirização vem apresentando fragilidades nas relações com o trabalhador, prejudicando as condições de segurança, além de reflexos na continuidade e na qualidade dos serviços públicos ofertados à comunidade universitária.

Nos últimos anos, as políticas do governo direcionadas às práticas gerencialistas afetaram significativamente a estrutura das IES. Contudo, a singularidade e a complexidade dessas instituições exigem ajustes delineados ao meio acadêmico, em razão do choque de lógicas entre o mercado e a educação superior.

O presente artigo tem como objetivo apreciar os impactos das políticas públicas gerencialistas na segurança do trabalhador no ambiente institucional de educação superior.

Além desta introdução, o artigo traz alguns entendimentos teóricos de autores sobre políticas públicas. Na seção seguinte, apresenta discussões sobre fatos históricos das políticas públicas voltadas para a segurança do trabalho. Em seguida, busca-se aproximar o debate à realidade das IES, por meio das práticas gerencialistas na gestão das IES, com destaque para as políticas de terceirização. Por fim, na última seção, tecem-se considerações sobre a importância de políticas públicas para a segurança do trabalhador em IES.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho adotou a abordagem científica de natureza predominantemente qualitativa, com análise e interpretação de aspectos do comportamento humano, justificado por Godoy (1995b, p. 62), quando ensina que essa modalidade “tem como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”.

Em relação aos objetivos, a pesquisa tem caráter descritivo, consentâneo com o dito por Gil (2002, p.42): “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Godoy (1995b, p. 63) argumenta ainda que “quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada”.

No que diz respeito à técnica, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a documental, visto que foram realizadas análises de referência sobre o tema: a pesquisa bibliográfica é concebida com base em material já preparado, composto sobretudo de livros e artigos científicos, enquanto a documental usa elementos que ainda não sofreram tratamento analítico, de fontes geralmente diversificadas e dispersas (GIL, 2002).

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser entendidas como deliberações políticas no processo de construção e desempenho dessas decisões, para solucionar problemas reconhecidos como coletivamente relevantes (SECCHI, 2019). Com base nessa definição, percebe-se que essas políticas públicas têm o potencial de modificar profundamente os aspectos sociais, apresentando-se como um meio de legitimação de determinada intenção pública (MOTION e LEITCH, 2009).

Em função do tipo de política pública que está em construção, Secchi (2019) esclarece que a disposição das divergências e das coalizões e o equilíbrio de poder se alteram, ou melhor, o conteúdo de uma política pública define as características do processo político. Motion e Leitch (2009) completam afirmando que as políticas públicas são mobilizadas por governos, que diante de controvérsia social, buscam, além legitimar as mudanças, também obter a aceitação dessa transformação de discurso.

Para Mintzberg (1996), em função de problemas de medição, o Estado acaba por efetivar muitas atividades oriundas de políticas públicas, pois alega que se as atribuições e os benefícios fossem inequívocos, as atividades estariam no setor privado. Um problema público é entendido por Secchi (2019) como a diferença entre o *status quo* e a condição que se considera ideal e se almeja realizar. Ao contrário de um problema público que se coloca de maneira inesperada, a identificação de problema que já se encontra estabelecido há muitos anos e, portanto, com o qual a sociedade já se habituou, geralmente não recebe a adequada atenção dos atores de políticas públicas, como nas políticas de prevenção para

reduzir os elevados e recorrentes índices de acidentes e doenças ocupacionais registrados no Brasil (BRASIL, 2017).

Já nos acontecimentos extremos e de grande comoção regional ou nacional, como o incêndio ocorrido em 2018 no Museu Nacional, administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Secchi (2019) acrescenta que se torna um problema público passando a fazer parte da agenda de forma repentina.

Diante de problemas públicos relacionados à segurança do trabalhador, pode-se apreender, da obra de Motion e Leitch (2009), que organizações como as IES podem enfrentar obstáculos de identidade legitimada diante das disparidades dos objetivos econômicos e as relações da instituição com a sociedade. Neste particular, Baldrige (1971) sustenta que a universidade é mais bem percebida como uma instituição politizada, onde as atividades ocorrem por atos políticos e pressões de grupos externos e internos, que estabelecem um processo dinâmico na articulação dos interesses.

4 I POLÍTICAS PÚBLICAS NA SEGURANÇA DO TRABALHO

Como provedores do bem-estar da sociedade, as forças de participação do mercado e do Estado passaram por mudanças gradativas entre o século XIX e o século XX (HEIDEMANN, 2014). A concepção de Estado mínimo, como expressão do progresso, delegava à economia de mercado plena liberdade de atuação, gerenciando os contornos das ações econômicas e sociais.

Contudo, mudanças nos paradigmas de concepção das relações sociais, segundo Schenini (2012), culminaram na transição de resolução de problemas de forma individual para a organização de forças convergentes para alcançar fins comuns, de interesse da sociedade. Heidemann (2014) reforça que a complexidade humana não permite que os indivíduos, detentores de uma liberdade quase completa, consigam suprir todas as necessidades sem efetiva intervenção estatal. A partir da metade do século XX, o Estado passou a impor limites às atividades individuais, atuando em prol da totalidade de seus cidadãos, por meio do desenvolvimento de políticas públicas em conjunto com os mercados.

Nesse período, o Brasil foi palco das primeiras políticas públicas voltadas para as relações de trabalho, impulsionadas pelos novos desafios que se apresentavam com o processo da industrialização e conseqüente modificação da estrutura social. Como esclarece Casagrande (2013), o surgimento da legislação trabalhista no Brasil foi impulsionado após o aparecimento de leis protecionistas na Europa e da criação, em 1919, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As políticas públicas voltadas para segurança e saúde ocupacional se desenvolveram, inicialmente, da maneira que a legislação trabalhista em geral (CHAGAS; SALIM; SANTOS, 2011), percorrendo uma trajetória histórica para alcançar a relevância dos dias atuais. A utilização sem precedentes da força do trabalho humano, conduzida

pelas regras do mercado, não mais atendiam aos anseios da classe trabalhadora que vinha sendo explorada e oprimida pelo crescimento do mercado de trabalho em razão da consequente revolução industrial (CASSAR, 2018). Essa exploração econômica e social dos assalariados acarretava danos à saúde, impulsionando uma crescente mobilização social para que o Estado interviesse, por meio de políticas públicas, visando à redução dos riscos ocupacionais (CHAGAS; SALIM; SANTOS, 2011). Cabe destacar os movimentos sociais, que foram determinantes ao longo desses estágios para consolidar leis e regulamentações em prol da segurança dos trabalhadores. (SILVA 2012).

Na evolução dos direitos trabalhistas, a concepção do trabalho foi elevada com a promulgação da Lei Maior, a Constituição da República de 1988. O avanço constitucional estabelece a preferência do trabalho sobre a ordem econômica e social, favorece o trabalhador antes de analisar a sua atividade e eleva o trabalho em proporções éticas que não permanecem restritas a expressões monetárias (OLIVEIRA, 2010). Outras medidas foram orquestradas em favor da saúde e da segurança dos trabalhadores, mormente a Portaria MTb nº 3.214 (MTE, 1978) com o intuito de atender ao que recomendam as convenções da OIT quanto aos riscos ocupacionais e às medidas de controle.

Nas últimas décadas, com a velocidade das mudanças econômicas e tecnológicas, decorrentes do processo de globalização, reestruturação da produção e aumento da competitividade econômica internacional, as questões relacionadas à redução do tamanho do Estado, diminuição das ingerências na relação capital-trabalho e encolhimento dos direitos trabalhistas estiveram presentes na pauta das políticas públicas (CHAGAS; SALIM; SANTOS, 2011). O papel do Estado nos últimos anos, segundo Mazzucatto (2015), está cada vez mais focado em promover o dinamismo econômico do setor privado, ajustando as deficiências do mercado.

No Brasil, Campos (2018) descreve que a Reforma do Estado, iniciada em 1995, estabeleceu os preceitos e a compreensão de um Estado gerencial, no qual a privatização e a terceirização assumem lugar essencial, buscando implantar na esfera pública uma gestão por resultados, fazendo o Estado atuar exclusivamente nas áreas de sua competência. Segundo, Mintzberg (1996), na terceirização ou no modelo de governo virtual, cabe ao governo (superestrutura) contratar e gerenciar os serviços prestados por organizações privadas (microestruturas).

Não obstante as ideias de mercado, Rocha (2018) salienta que a saúde dos trabalhadores tem sido afetada pelas novas configurações de gestão das instituições e na relação com as pessoas, exigindo dos trabalhadores competitividade, rapidez e flexibilidade. Oliveira e Vasconcelos (2000) apontam que os novos arranjos organizacionais do trabalho, mediados por pressões de ordem econômica global, podem afetar as conquistas da sociedade brasileira quanto à saúde no trabalho. Os novos cenários nas relações de produção carregam consigo novas formas de mecanismos de empreender, como verificado na terceirização do trabalho, utilizados intensamente por grandes empresas nos últimos

anos. A intenção é atenuar suas responsabilidades pelas condições de risco da atividade e capazes de afetar a integridade do trabalhador. Mazzucatto (2015) complementa afirmando que a visão generalizada do Estado enxuto, com atribuições isoladas do setor privado, não contempla as possíveis negligências do mercado ante as questões sociais.

Os estudos referentes à terceirização no Brasil têm destacado a relação entre esse fenômeno e a precarização do trabalho nos segmentos pesquisados, revelando sofríveis condições de trabalho, salários baixos, desrespeito aos direitos trabalhistas, maiores índices de acidentes, agravamento das condições de saúde e vulnerabilidade política dos trabalhadores (CAMPOS, 2018). Jensen e Stonecash (2005) evidenciaram, em algumas circunstâncias da terceirização, que a situação dos trabalhadores piorou, pelo menos em termos salariais.

A tendência de flexibilização dos direitos trabalhistas, enfatizada por Oliveira (2010), caracteriza-se como um dos problemas atuais da segurança e saúde do trabalhador, pois os empresários, com o intuito de diminuir os custos com salários e despesas com as normas de proteção ao trabalhador, declaram que a legislação trabalhista se encontra ultrapassada. Pregam que a flexibilização é um mecanismo para reduzir custos com mão de obra, mas em contrapartida, vem apresentando cenários de trabalho inseguro e desemprego (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012).

Como lembra Oliveira (2010), a insegurança no emprego dificulta a luta dos trabalhadores por melhores condições no ambiente de trabalho e a aplicação das normas protecionistas, porquanto a luta se concentra na garantia do emprego e na sobrevivência. Sustenta que as medidas de proteção ao trabalhador são amparadas por políticas públicas mais cômodas e menos inteligentes, se comparadas às estratégias adotadas em outros países. Esse entendimento vai ao encontro da política de monetização dos riscos ocupacionais, em que a tutela ressarcitória vem predominando sobre a concepção da prevenção dos riscos ocupacionais, que numa análise crítica, simboliza a venda da saúde do trabalhador.

Contudo, as políticas gerencialistas não podem ser tomadas apenas sob uma perspectiva negativa. Kinczeski e Moré (2018) referem-se à terceirização como relevante meio de inserção de trabalhadores no mercado formal de trabalho, principalmente composto por pessoas com baixa escolaridade. Apesar das tensões geradas, esse engajamento cada vez maior do governo em atividades não estatais e empreendedoras mostra benefícios às políticas públicas, cumprindo investimentos em infraestrutura, redução das finanças do Estado e soluções para a pobreza (KIVLENIECE E QUELIN, 2012).

No âmbito das instituições de educação, Kinczeski e Moré (2018) afirmam que apesar de algumas limitações de gerência por parte das instituições de educação, cabe à gestão acadêmica profissionalizada executar as boas e efetivas práticas de fiscalização dos contratos terceirizados, no real cumprimento e responsabilização quanto às condições de saúde, higiene e proteção no trabalho. Jensen e Stonecash (2005) opinam que o desenho do contrato tem papel importante no sucesso da terceirização, sendo necessário que os formuladores de políticas públicas considerem os complexos fatores de interação.

Assim, as políticas de gestão para cumprimento e redução de condições laborais deficitárias exigem um interesse institucional responsável (KINCZESKI E MORÉ, 2018). Meyer e Meyer Júnior (2013) corroboram esse entendimento quando abordam que a instituição educacional requer maior profissionalização da gestão acadêmica, a fim de encontrar maneiras mais adequadas na gestão e melhor atuação no comportamento gerencial adotado em ambiente acadêmico.

5 | POLÍTICAS PÚBLICAS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nas IES, Avigur-Eshel e Bercovich (2019) enfatizam que as ideias e mecanismos globais do gerencialismo estão sendo introduzidos nas políticas de gestão, conduzindo os atores de políticas públicas a suprir problemas de incerteza e legitimidade de maneira comum e passiva. Segundo Mintzberg (1996), os valores de negócios do setor privado estão encontrando lugar na sociedade, exercendo grande influência e pressionando as políticas públicas do Estado, como nas políticas de gestão das instituições educacionais.

Meyer e Meyer Júnior (2013) afirmam que a corporativização na educação superior já ocorre em vários países, embora sejam poucas as constatações empíricas da efetiva contribuição dessa incorporação de modelo gerencial à gestão dessas instituições.

As práticas gerenciais, segundo Avigur-Eshel e Bercovich (2019), estão adentrando a agenda política das instituições educacionais, conduzindo a gestão da educação de um modelo burocrático clássico para um pós-burocrático, com mecanismos de isomorfismo, numa concepção global de gestão. São atribuídos a essas instituições, conforme Calderón (2013), comportamentos de empreendimentos empresariais com práticas de constantes aperfeiçoamentos nas estruturas de gestão para competir e garantir bom desempenho e viabilizar seu financiamento. Para Avigur-Eshel e Bercovich (2019), o gerencialismo tem como característica desfazer as relações sociais entre os atores educacionais, para reconstruí-las em outro sistema de controle.

No âmbito das instituições públicas brasileiras, Campos (2018) sustenta que as políticas de reformas do Estado influenciaram as atividades no serviço público, pela necessidade de ser introduzido o modelo gerencial do setor privado, não ficando restritas à esfera empresarial de mercado. Várias medidas foram adotadas para o enxugamento da máquina pública, como o Decreto nº 2.271/1997, que dispõe sobre as atividades que podem ser terceirizadas, dentre as quais as atividades de manutenção predial, e a Lei nº 9.637/1998 para subcontratação pelo Poder Executivo de pessoas jurídicas de direito privado para atuar em áreas como de ensino e pesquisa científica. Dessa forma, Barros (2015) afirma que as instituições públicas, como as universidades, passaram a coexistir com um duplo regime jurídico, ou seja, com trabalhadores estatutários e terceirizados.

Nos últimos anos, as políticas do governo afetaram sobremaneira a estrutura das Instituições Federais de Educação Superior. Espindola (2017) cita como exemplo

a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o que exigiu das universidades a readequação da estrutura organizacional, utilizando a terceirização para suprir as atividades meio e/ou de suporte diante do crescimento da comunidade universitária. Tal situação é claramente percebida nas atividades de manutenção predial e de infraestrutura realizadas nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com quase totalidade das intervenções incumbidas às empresas terceirizadas, prestando serviços elétricos, hidráulicos, mecânicos, alvenaria e preventivos contra incêndio (UFSC, 2019).

A terceirização tem sido uma ferramenta formalizada no Brasil em que se delegam certas atividades da administração pública às empresas privadas (BRASIL, 1993). Segundo Di Pietro (2004, p. 101), “a prestação de serviços públicos é regida por princípios próprios, dentre eles, a igualdade dos usuários perante o serviço, a continuidade do serviço público, a mutabilidade do regime jurídico, a generalidade e a eficiência”. Kinczeski e Moré (2018) opinam que a prática da terceirização pode ser encarada sob dois panoramas; primeiro: como execução de trabalho impessoal, com o intuito de apoiar e suprir as atividades-fim das instituições educacionais públicas superiores, e prestadas por meio de empresas contratadas; segundo: quando entendido como serviços essenciais concretizados por trabalhadores que utilizam o mesmo local de trabalho dos demais servidores efetivos de universidades, requerendo semelhantes tratamentos, cuidados e oportunidades.

Segundo Costa (2017), essa política pública utilizada pelo Estado para prover as IES públicas nas atividades de suporte carrega fragilidades nas relações e a impossibilidade de prestação de serviços por período indeterminado, gerando rotatividade e incertezas entre os trabalhadores terceirizados, além de reflexos na continuidade dos serviços ofertados à comunidade universitária. Por causa disso, a qualidade do serviço prestado pode ser afetada. Campos (2018) acrescenta que a terceirização utilizada de maneira indiscriminada tem sofrido críticas. A qualidade dos serviços e produtos contratados tem sido afetada, e os processos de condução dos serviços são demasiadamente fragmentados, conduzindo à queda do objeto.

No tocante às características das IES públicas, Almeida et al. (2016) destacam algumas das particularidades que compõem essas instituições, como a diversidade e quantidade da comunidade acadêmica, a multiplicidade de objetivos e a morosidade do processo decisório, peculiaridades essas que dificultam a aceitação das práticas gerencialistas no ambiente acadêmico.

Nesse particular, Meyer e Meyer Júnior (2013) afirmam que as práticas gerenciais já são realidade no meio acadêmico, o que suscita questionamentos sobre os ajustes dessa abordagem da realidade acadêmica e colaborações à qualidade da educação. Acrescenta ainda que profundas mudanças no contexto econômico, social, tecnológico e educacional impelem essas instituições a mudanças em suas políticas de gestão, ensejando um choque de lógicas entre o mercado e a área acadêmica.

Na óptica de Mazzucatto (2015), as políticas públicas de interação público-privada podem produzir novos cenários e potencializar bons resultados. A parceria com o setor privado, segundo Brinkerhoff e Brinkerhoff (2011), pode permitir o acesso do governo a conhecimentos técnicos e de recursos, sendo preciso avaliar, além das vantagens para as quais as parcerias público-privadas foram projetadas, até que ponto produz benefícios públicos e o comportamento se alinha com os princípios e práticas da boa gestão daquela instituição pública. Sugerem que a terceirização seja aplicada predominantemente a problemas sociais específicos.

Campbell, McDonald e Sethibe (2010) destacam a importância de estudos para estabelecer a abordagem gerencial que melhor funcione no contexto do setor público. Um modelo de tamanho único não é apropriado à diversidade de instituições públicas existentes, exigindo princípios diferentes na gestão do setor privado e entes públicos. Nas Instituições de Educação, Meyer e Meyer Júnior (2013) enfatizam que as características complexas e próprias dessa instituição precisam de ajustes ao meio acadêmico, pois não se harmonizam com a importação estática de abordagens gerenciais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi alcançado, visto que apreciou-se, por meio de um panorama da literatura, os impactos das políticas públicas gerencialistas na segurança do trabalhador no ambiente das IES. Pode-se ainda observar que pressões dos padrões globais de mercado têm encontrado espaço nesse ambiente.

Reconhecidas por formar gerações em todas as profissões, reunindo os principais estudiosos e pesquisadores da sociedade, as IES precisam ser compreendidas pelos líderes do Estado como investimento social. É importante que a essência educacional dessas instituições não seja moldada por mecanismos meramente racionais, típicos de abordagens gerencialistas.

Nesta direção, torna-se necessário capacitar os gestores das IES sobre a temática de segurança do trabalhador, com a intenção de auxiliá-los, por exemplo, nas suas práticas laborais de fiscalização de contratos, na responsabilização e no cumprimento de suas atividades. É válido lembrar que é sumamente importante a socialização e a instrução desses gestores para enfrentar os desafios globais que se apresentam, sempre alinhados aos objetivos da instituição educacional.

Como trabalho futuro, pretende-se realizar uma revisão sistemática em estudos acadêmicos sobre a aplicação de políticas públicas direcionadas à segurança do trabalhador nas IES.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro de et al. **Gerencialismo: efeitos no modelo de gestão de uma IFES**. Peru, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/171092>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

AVIGUR-ESHEL, Amit; BERCOVICH, Izhak. **Introducing managerialism into national educational contexts through pseudo-conflict: A discursive institutionalist analysis**. International Journal of Educational Development, v. 68, 2019, p. 1-8.

BALDRIDGE, Victor J. Models of University Governance: Bureaucratic, Collegial, and Political. **Stanford Univ., Calif. School Of Education**. Califórnia, p.1-19, set. 1971.

BARROS, Sérgio Paes de. **Biopolítica, neoliberalismo e vulnerabilidade: os trabalhadores terceirizados na universidade pública**. 2015. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2017** / Ministério da Fazenda ... [et al.]. Brasília: MF, 2017, 996 p.

BRINKERHOFF, Derick W.; BRINKERHOFF, Jennifer M. Public-private partnerships: Perspectives on purposes, publicness, and good governance. **Public administration and development**, v. 31, n. 1, p. 2-14, 2011.

CALDERÓN, A. I. **Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior**. Trabalho, Educação & Saúde, v. 11, n. 3, p. 487-501, 2013. doi. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000300003>>. Acesso em: 08.nov.2019.

CAMPBELL, John; MCDONALD, Craig; SETHIBE, Tsholofelo. Public and private sector IT governance: Identifying contextual differences. **Australasian Journal of Information Systems**, v. 16, n. 2, 2010.

CAMPOS, André Gambier (Org.). **Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018.

CASAGRANDE, Lilian Patrícia. **Direitos sociais dos trabalhadores [dissertação]: os desafios da proteção diante do dumping social**. UFSC: Florianópolis, 2013.

CASSAR, Vólia Bomfin. **Direito do Trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista e a MP 808/2017**. 15. ed. São Paulo: Método, 2018. 1371 p.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; SALIM, Celso Amorim; SANTOS, Luciana Mendes. **Saúde e Segurança no Trabalho no Brasil: Aspectos Institucionais, Sistemas de Informação e Indicadores**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10807>. Acesso em: 11 nov. 2019.

COSTA, Andréa Dourado. **A terceirização no serviço público: desafios, consequências e regulação**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Constitucional nas Relações Privadas, Direito, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Atlas. 2004.

ESPINDOLA, Teles. **Gestão por Competências**: Diretrizes para o processo de contratação e acompanhamento do serviço terceirizado de segurança da Universidade Federal de Santa. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Administração Universitária, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995B.

HEIDEMANN, Francisco. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelo de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p.23-49.

JENSEN, Paul H.; STONECASH, Robin E. Incentives and the efficiency of public sector-outsourcing contracts. **Journal of economic Surveys**, v. 19, n. 5, p. 767-787, 2005.

KINCZESKI, Gabriel Nascimento; MORÉ, Rafael Pereira Ocampo. **Universidade Federal: os caminhos da terceirização em uma instituição social**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190542/101_00086.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2019.

KIVLENIECE, Ilze; QUELIN, Bertrand V. Creating and capturing value in public-private ties: A private actor's perspective. **Academy of Management Review**, v. 37, n. 2, p. 272-299, 2012.

MAZZUCATTO, M. **The Innovative State: governments should make markets, not just fix them**. Foreign Affairs, 94 (1), 2015, p. 210-221.

MEYER Bernardo; MEYER JUNIOR, Victor. **“Managerialism” na gestão universitária: Uma análise de suas manifestações em uma instituição empresarial**. Revista GUAL, v. 6, n. 3, p. 01-20, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978. Brasília, 06 jul. 1978. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos/SST/SST_Legislacao/SST_Legislacao_Portarias_1978/00---Portaria-MTb-n.-3.214_78.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MINTZBERG, H. **Managing government, governing management**. Harvard Business Review, May/ Jun. 1996, p. 75-83.

MOTION, J.; LEITCH, S. **The Transformational Potential of Public Policy Discourse**. Organization Studies, 30 (10), 2009.

OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **As políticas públicas brasileiras de saúde do trabalhador: tempos de avaliação**. Rio de Janeiro: Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde: Saúde em Debate, 2000.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: LTR, 2010.

ROCHA, Cláudio Jannotti da. **Proteção à saúde e segurança no trabalho**. São Paulo: LTr, 2018.

SCHENINI, Pedro Carlos. Políticas públicas. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SILVA, Celso Nunes da. **Segurança e saúde no trabalho no contexto da UnB**. 2012. 69 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (Org.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília: Unesco, Cne, Mec, 2012.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura (DMPI)**. Disponível em: <<http://dmpi.seoma.ufsc.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção Básica 161, 177, 183, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 223, 237, 245

Atenção Psicossocial 156, 160, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190

Auditoria 173, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Avaliação 6, 8, 13, 16, 19, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 76, 82, 96, 106, 107, 118, 133, 150, 164, 165, 170, 171, 173, 176, 182, 185, 196, 202, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 246, 247, 251

C

Capacitação 8, 14, 19, 52, 72, 102, 111, 129, 152, 165, 167, 170, 171, 172, 176, 185, 188, 193, 196

Ciclo de Vida 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214

Competência Linguístico-Comunicativa 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Controle Interno 223, 224, 226, 227, 229, 230

Criança 241, 242, 244, 248

Cultura 15, 17, 34, 35, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 61, 142, 143, 148, 161, 174, 180, 209, 235

D

Deficiência Intelectual 1, 2, 3, 6, 8, 9

Desempenho 5, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 92, 101, 124, 169, 174, 175, 176, 180, 203, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 251

Docente 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 32, 52, 53, 56, 57, 58, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 131

E

Educação 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 37, 46, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 86, 87, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 115, 122, 129, 156, 174, 175, 180, 181, 190, 221, 229, 249, 251

Educação Básica 12, 14, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 99, 100, 106, 180, 181

Ensino 1, 3, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 49, 57, 63, 65, 71, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 111, 127, 133, 156

Ensino Médio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 41, 42, 49, 83, 103, 127, 180

Ensino Superior 26, 27, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 98, 100, 105, 108, 109, 156

Equipamentos Coletivos 156, 159, 161

Equipe Multiprofissional 191, 194, 195, 197

Escola 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 99, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 144, 182, 231, 232, 251

Estado 11, 14, 17, 20, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 137, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 191, 192, 193, 204, 206, 209, 215, 217, 220, 223, 225, 239, 245

Evasão Escolar 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32

F

Formação Continuada 12, 13, 15, 16, 19, 20, 100, 102, 104, 127, 129, 132

Formação de Professores 11, 12, 13, 15, 98, 110, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 132

Fotografia 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Fotjornalismo 134, 135, 136

G

Geografia 73, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 251

Gestão 20, 49, 75, 76, 78, 85, 96, 97, 103, 105, 156, 165, 166, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 205, 206, 219, 251

Gestão por Resultados 76, 85, 90, 174, 175, 176, 177, 180, 181

H

Homem 45, 115, 117, 139, 200, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248

Hospitais 161, 168, 169, 176, 177, 214, 225

M

Microcefalia 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Monitoramento 65, 73, 74, 174, 176, 177, 185, 212, 223, 224, 225, 229

Monitoria 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

N

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 191, 192, 193, 197, 199, 202

P

Pacto pela Educação 174, 175

Pacto pela Saúde 174, 175, 176, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Pagamento por Desempenho 203, 205, 214, 216, 217, 218

PIBID 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121

Planejamento 10, 54, 61, 75, 78, 84, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 176, 189, 199, 200, 202, 224, 227, 229, 246

PNAISH 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

PNE 20, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

Política Pública 88, 93, 111, 112, 162, 174, 176, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 239, 242, 245, 246, 249

Professor 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 70, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 251

Proficiência Linguística 122, 124, 130

S

Saneamento Básico 165, 242, 245, 246, 248, 249, 250

Saúde 11, 37, 95, 96, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 248, 250

Saúde Mental 156, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196

Saúde Pública 155, 168, 176, 182, 192, 200, 217, 220, 234, 236, 240, 243, 249

Segregação Socioespacial 156, 157, 159, 162, 164, 165

Serviços de Saúde 150, 152, 160, 161, 162, 163, 169, 174, 176, 178, 180, 188, 192, 195, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 231, 234, 235, 237, 238, 239, 240

Sinais 5, 49

Sistemas de Informação 95, 167, 169, 170, 171, 172

Stakeholder 78, 83, 84

SUS 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 244, 245

T

Tecnologia Assistiva 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Terapeuta Ocupacional 1, 3, 4, 7, 8, 10, 11

U

Universidade 1, 5, 6, 9, 10, 11, 20, 48, 49, 63, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 134, 156, 160, 182, 191, 223, 231, 232, 248, 251

Z

Zika Vírus 242, 243, 245, 248, 249

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 